

Rádio Moçambique. E.P.

**Demonstrações Financeiras do ano
findo em 31 de Dezembro de 2021**



RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P

Demonstrações financeiras

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021



ÍNDICE

	<u>Páginas</u>
Declaração de Responsabilidade pelo Conselho de Administração	1
Relatório do Auditor Independente	2 – 4
Balanço	5
Demonstração dos Resultados	6
Demonstração de Alterações no Capital Próprio	7
Demonstração de Fluxos de Caixa	8
Notas às Demonstrações Financeiras	9 – 33

**Declaração de Responsabilidade dos Administradores**

Os administradores da Rádio Moçambique, E.P, são responsáveis pela preparação e apresentação adequada das demonstrações financeiras da entidade de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas (PGC-NIRF), que compreendem o Balanço, em 31 de Dezembro de 2021, a demonstração de resultados, a demonstração de variações de capital próprio, e a demonstração de fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as notas às demonstrações financeiras que incluem um sumário das principais políticas contabilísticas e outras notas explicativas.

Esta responsabilidade inclui: concepção, implementação e manutenção de um sistema de controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam livres de distorções materiais, devidas quer a fraude, quer a erro; a selecção e aplicação de políticas contabilísticas apropriadas e o apuramento de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

Os administradores são ainda responsáveis pela manutenção de registos contabilísticos adequados e de um sistema de gestão de risco eficiente e eficaz.

Os administradores procederam a uma avaliação para determinar se o Rádio Moçambique, E.P tem capacidade para continuar a operar com a devida observância do princípio da continuidade, e não têm motivos para questionar a adopção deste pressuposto.

Aprovação das demonstrações financeiras anuais

As demonstrações financeiras da Rádio Moçambique, E.P., conforme mencionado no primeiro parágrafo, foram aprovadas pelo Conselho de Administração em ____ de Abril de 2022 e vão assinadas em seu nome, por:

**Abdul Naguebo Abdula***Presidente do Conselho de Administração***Virgínia Dombo***Administradora Financeira*



SOCIEDADE
DE AUDITORES
CERTIFICADOS, LDA

WBK – Sociedade de Auditores
Certificados, Lda.
Av.25 de Setembro, 1147
2º Andar, Porta n 20
Maputo - Moçambique
Tel: (+258) 21423046,
Email:audit.consult@wbk.co.mz
www.wbkaudit.co.mz

Aos Membros do Conselho de Administração da
Rádio Moçambique, E.P.
Maputo

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Opinião com reservas

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da **Rádio Moçambique, E.P.** (a Empresa), apresentadas nas páginas 5 a 34, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2021, a Demonstração de resultados, a Demonstração de variações no capital próprio e a Demonstração dos fluxos de caixa relativas ao período findo naquela data, bem como as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, excepto quanto aos possíveis efeitos dos assuntos descritos na secção Bases para a opinião com reservas, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Rádio Moçambique, E.P, em 31 de Dezembro de 2021 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao período findo naquela data de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas (PGC-NIRF).

Base de opinião com reservas

A semelhança do ano anterior não nos foi apresentada a base de informações a partir da qual a empresa Electricidade de Moçambique, E.P determina os valores da taxa de radiodifusão cobrada através das facturas de consumo de energia eléctrica e que transfere para a Rádio Moçambique, E.P através do Ministério de Economia e Finanças, e que serve igualmente de base de registos contabilísticos cujo montante ascende a 305 014 219 meticais. A nossa análise limitou-se na verificação dos recebimentos, e deste modo, não nos é possível concluir quanto a exactidão e totalidade destes registos nas demonstrações financeiras.

A empresa não apresentou uma actualização do estudo actuarial para avaliação das responsabilidades com o fundo de pensões e reforma dos trabalhadores da empresa registados no passivo cujo saldo a data de balanço está avaliado em 1 279 559 662 meticais. O último estudo foi efectuado em 2018, e na ausência de actualização da avaliação destas responsabilidades, subsistem reservas quanto a se, os mesmos reflectem de forma adequada e em que expressão monetária, as responsabilidades com os pensionistas e reformados da Rádio Moçambique, E.P.

Não nos foi apresentado o relatório de avaliação dos activos tangíveis da empresa cujo saldo a data do balanço ascende a 438 267 046 meticais. O procedimento da empresa é reavaliar os seus activos de cinco (5) em cinco (5) anos e de acordo com este procedimento o impacto da última reavaliação terminou no exercício anterior, e deste modo, não nos é possível aferir a razoabilidade dos valores reportados nas demonstrações financeiras bem como as amortizações e reintegrações feitas na base dos activos tangíveis não reavaliados.

Independência

Somos independentes da Empresa de acordo com os requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique aplicáveis à execução de auditorias de demonstrações financeiras em Moçambique, o qual está em conformidade com o Código de Ética promulgado pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA), órgão da IFAC – *International Federation of Accountants*, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos.

Outras matérias

A Empresa reexpressou as contas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2020, por forma a apresentar de forma correcta o saldo das rubricas de Outros passivos financeiros e Outras contas a pagar. Nestas circunstâncias, os saldos comparativos dos Outros passivos financeiros reduziram e o saldo das Outras contas a pagar aumentaram em 57 988 778 meticais.

A Empresa apresenta capitais próprios negativos de 929 530 479 meticais em 31 de Dezembro de 2021, embora o objecto da Rádio Moçambique, E.P seja de prestar um serviço público, mas porque as suas demonstrações financeiras são preparadas de acordo com os princípios previstos no Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas (PGC-NIRF), nas condições em que as demonstrações financeiras se encontram não cumprem com o princípio de continuidade das suas operações, estando dependente do contínuo suporte ou financiamento do orçamento do Estado através do Ministério de Economia e Finanças.

Responsabilidade do Conselho de Administração pelas Demonstrações Financeiras

O Conselho de Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriadas das demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas (PGC-NIRF), e pelo controlo interno que ela determine ser necessária para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a administração é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que a administração tenha a intenção de liquidar a Empresa ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho de Administração é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da Empresa.

Responsabilidade do Auditor das Demonstrações Financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devida a fraude ou erro, e emitir um relatório de auditoria onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de fiabilidade, mas não é uma garantia de que uma auditoria conduzida em conformidade com as ISAs detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ser originadas por fraude ou erro e são consideradas materiais se, individualmente ou agregadas, for razoavelmente expectável que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais, mantemos cepticismo profissional e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detectar uma distorção material proveniente de fraude é maior do que aquele que provém de erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objectivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Empresa.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas adoptadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso do pressuposto da continuidade pela Administração e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com eventos ou condições que possam suscitar uma dúvida significativa sobre a capacidade de Empresa continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações incluídas nas demonstrações financeiras ou modificar a nossa opinião se tais divulgações forem inadequadas. As nossas conclusões baseiam-se na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório de auditoria, porém, futuros eventos ou condições podem causar que a Empresa descontinue as operações.
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se estas reproduzem as transacções e eventos subjacentes de modo a atingir uma apresentação apropriada.

Comunicamos à Administração, entre outros assuntos, o plano do âmbito e calendário da auditoria, as constatações relevantes da auditoria, incluindo quaisquer deficiências significativas no controlo interno por nós identificadas durante a nossa auditoria.

WBK Sociedade de Auditores Certificados, Lda.

Firma da Auditoria Registada 24/SAC/OCAM/2020, representada por:


Baptista Bota

Audit Partner

Auditor Certificado 38/CA/OCAM/2012



Maputo, 14 Abril 2022

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P

Balanço

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021
(Valores expressos em Meticais)



	Notas	2021	2020 Reexpresso
Activos			
Activos não correntes		440,863,967	477,365,993
Activos tangíveis	8	438,267,046	475,255,885
Activos intangíveis	9	1,996,921	1,510,108
Investimento financeiro	10	600,000	600,000
Activos correntes		165,917,295	148,117,920
Clientes	11, 31	30,624,720	20,058,509
Outros activos financeiros	12	1,144,400	5,995,262
Outros activos correntes	13	51,794,938	52,997,048
Caixa e equivalentes de caixa	14	82,353,237	69,067,101
Total do active		606,781,262	625,483,913
Capital próprio e passivo			
Capital próprio	15	(929,530,479)	(1,035,217,162)
Capital social		121,999,382	121,999,382
Reservas		208,723,723	208,723,723
Resultados transitados		(1,365,940,267)	(1,501,422,806)
Resultado líquido do período		105,686,683	135,482,539
Passivos não correntes		1,170,161,833	1,361,187,524
Provisões	16	1,165,765,928	1,337,657,127
Empréstimos obtidos	18	4,395,905	23,530,397
Passivos correntes		366,149,908	299,513,551
Provisões	16	152,767,193	142,087,388
Fornecedores	17, 31	59,110,346	8,789,361
Empréstimos obtidos	18	11,401,828	1,752,245
Outros passivos financeiros	19	15,293,485	24,072,265
Impostos a pagar	20	53,109,296	57,360,894
Outras contas a pagar	21	74,467,760	65,451,398
Total do passivo		1,536,311,741	1,660,701,075
Total do passivo e capital próprio		606,781,262	625,483,913


Virginia Dombo
Administradora Financeira


Manuel F. Muchanga
Contabilista Certificado 2660/CC/OCAM/2014

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P
Demonstração de Resultados

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021
 (Valores expressos em Meticais)



	Notas	2021	2020
Venda de bens e prestação de serviços	22	130,954,451	127,287,589
Custos com o pessoal	23	(528,984,679)	(507,957,520)
Fornecimentos e serviços de terceiros	24, 31	(181,383,482)	(140,898,498)
Amortizações	8	(46,564,846)	(46,061,149)
Imparidade de contas a receber	11, 34	(1,238,454)	(4,268,063)
Provisões	16	9,033,689	-
Outros ganhos e perdas operacionais	25, 31	730,808,419	715,680,614
Resultado operacional		112,625,098	143,782,973
 Rendimentos financeiros	26	828,842	1,614,606
Gastos financeiros	27	(7,767,257)	(9,915,040)
Resultado antes de imposto		105,686,683	135,482,539
 Imposto sobre o rendimento	28	-	-
Resultado líquido do exercício		105,686,683	135,482,539



Virgínia Dombo
 Administradora Financeira

Manuel F. Muchanga
 Contabilista Certificado 2660/CC/OCAM/2014

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P

Demonstração de Alteração no Capital Próprio

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em Meticals)



	Capital social	Reservas	Resultado líquido do período	Resultados acumulados	Total
Saldo em 1 de Janeiro de 2020	121,999,382	208,723,723	132,672,996	(1,634,095,802)	(1,170,699,701)
Movimentos em reservas					
Transferências	-	-	(132,672,996)	132,672,996	-
Resultado líquido do período	-	-	135,482,539	-	135,482,539
Resultado absoluto do período	-	-	2,809,543	132,672,996	135,482,539
Saldo em 31 de Dezembro de 2020	121,999,382	208,723,723	135,482,539	(1,501,422,806)	(1,035,217,162)
Movimentos em reservas					
Transferências	-	-	(135,482,539)	135,482,539	-
Resultado líquido do período	-	-	105,686,683	-	105,686,683
Resultado absoluto do período	-	-	(29,795,856)	135,482,539	105,686,683
Saldo em 31 de Dezembro de 2021	121,999,382	208,723,723	105,686,683	(1,365,940,267)	(929,530,479)



Virginia Dombo
Administradora Financeira

Manuel F. Muchanga
Contabilista Certificado 2660/GC/OCAM/2014

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P**Demonstração de Fluxos de Caixa**

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em Meticals)



Fluxos de caixa das actividades operacionais	Notas	2020	
		2021	Reexpresso
Resultado líquido do exercício		105,686,683	135,482,539
<u>Ajustamentos ao relativos a:</u>			
Amortizações	8	46,564,846	46,061,149
Imparidades	11,31	1,238,454	4,268,063
Provisões	16	(9,033,689)	-
Juros e similares (líquido)	26,27	6,938,415	8,300,434
Mais valias na venda de activos tangíveis e intangíveis	8	(845,416)	2,887,603
Movimento nas provisões	16	(152,177,705)	(141,510,417)
Aumento de clientes	11,31	(11,804,665)	(8,588,501)
Aumento de outros activos financeiros	12	4,850,862	(4,304,853)
Aumento de outros activos correntes	13	1,202,110	(12,006,205)
Diminuição de fornecedores	17,31	50,320,985	(11,379,520)
Aumento de outros passivos financeiros	19	(8,778,780)	(44,008,922)
Aumento de outras contas a pagar	20,21	4,765,243	83,192,159
Fluxo de caixa gerado nas actividades operacionais		38,927,343	58,393,529
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
<u>Pagamentos respeitantes a:</u>			
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	8,9	(13,543,635)	(25,684,274)
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Venda de activos tangíveis		4,326,230	
Fluxo de caixa usado das actividades de investimento		(9,217,405)	(25,684,274)
Fluxos de caixa das actividades de financiamento			
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Empréstimos e outros financiamentos obtidos	18	-	30,000,000
Juros e ganhos similares	26	822,452	1,614,606
<u>Recebimentos respeitantes a:</u>			
Empréstimos e outros financiamentos obtidos	18	(9,484,909)	(34,618,358)
Juros e perdas similares	27	(7,760,867)	(9,915,040)
Fluxo de caixa usado nas actividades de financiamento		(16,423,324)	(12,918,792)
Variação de caixa e equivalentes de caixa		13,286,614	19,790,463
Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa		69,067,101	49,276,638
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa	14	82,353,237	69,067,101


Virginia Dombo
 Administradora Financeira


Manuel F. Muchanga
 Contabilista Certificado 2660/CC/OCAM/2014

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P

Notas às Demonstrações Financeiras

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em Meticals)



IDENTIFICAÇÃO

Designação da entidade:	Rádio Moçambique, EP
Sede:	Rua da Rádio nº2
Natureza da actividade:	Prestação de serviços públicos de radiodifusão sonora bem como as respectivas actividades subsidiárias, complementares e de natureza comercial
Data de constituição:	02 de Outubro de 1975
Número único da entidade legal:	Decreto no.16/75; Decreto 18/94
Designação da empresa:	Rádio Moçambique, EP
Sede da empresa:	Maputo – Moçambique
Conselho de Administração:	Abdul Naguibo Abdula (Presidente do conselho de administração) Virgínia Matilde Dombo (Administradora) António Barros (Administrador) Jeremias Ângelo Jeremias (Administrador) Damião Salatiel (Administrador)



1. Base de apresentação

As demonstrações financeiras, que se reportam à data de 31 de Dezembro de 2021, foram preparadas em conformidade com o Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas (PGC – NIRF) e, em consequência, com base no custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). Na preparação das demonstrações financeiras, foram igualmente seguidos os princípios de acréscimos e da continuidade das operações.

2. Mensuração

As demonstrações financeiras são preparadas na base do custo histórico, exceptuando alguns activos fixos tangíveis e propriedades de investimento que são mensurados ao justo valor.

3. Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Meticais, que constitui a moeda funcional da empresa. Toda a informação financeira apresentada em Meticais foi arredondada para a unidade do Metical mais próxima.

4. Uso de estimativas e julgamento

A preparação das demonstrações financeiras exige que a gerência faça julgamentos, estimativas e pressupostos que afectam a aplicação das políticas e dos valores reportados em activos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem diferir destas estimativas. As estimativas são efectuadas com base no melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transacções em curso. As estimativas e pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua. As revisões às estimativas contabilísticas são reconhecidas no período em que a estimativa é revista e em todos os períodos futuros que a revisão vier a afectar.

4.1 Imparidade de clientes e contas a receber

A Empresa reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir a necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais, nomeadamente para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas baseiam-se em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas. O Conselho de administração da Rádio Moçambique é da opinião que, a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma razoável o risco associado à sua carteira de clientes.

4.2 Estimativa de vida útil e valores residuais

O gasto relativo às amortizações do período é obtido depois da determinação da vida útil esperada e do valor residual esperado de um activo. O aumento da vida útil e do valor residual estimado resultaria num gasto de amortizações reduzido na demonstração de resultados. A estimativa da vida útil é baseada em certos indicadores tais como a experiência histórica com activos similares bem como a antecipação de eventos futuros, os quais podem afectar a sua vida, tais como as mudanças na tecnologia. A vida útil dependerá também do futuro desempenho dos activos assim como do julgamento da Administração sobre o período ao longo do qual os benefícios económicos serão obtidos do activo. A administração da Empresa avalia continuamente as estimativas sobre a vida útil dos activos tangíveis e intangíveis.



4.3 Imparidade de activos tangíveis e intangíveis

A administração efectua um teste anual de imparidade para os activos tangíveis e intangíveis sempre que existam factos ou circunstâncias que indiquem que a sua quantia escriturada excede o valor recuperável. O teste de imparidade é uma área que envolve o julgamento da Administração, exigindo uma avaliação sobre se o valor escriturado dos activos pode ser suportado pelo montante mais alto entre o justo valor menos custos para vender e o valor de uso. A Empresa usa entidades externas com o conhecimento necessário para determinar o justo valor menos custos para vender dos seus activos.

5. Principais políticas contabilísticas

5.1 Benefícios dos empregados

As responsabilidades da Rádio Moçambique, EP por benefícios pós-emprego concedidos aos seus empregados são determinadas anualmente com base em avaliações actuariais, levadas a cabo por peritos independentes. Estas avaliações actuariais incorporam pressupostos financeiros e actuariais relativos a mortalidade, invalidez, crescimentos salariais e pensões, entre outros. Os pressupostos adoptados correspondem à melhor estimativa da Rádio Moçambique, EP e dos seus actuários do comportamento futuro das respectivas variáveis.

Devido à natureza de longo prazo destes planos, tais estimativas estão sujeitas a uma incerteza significativa.

As contribuições para o Instituto Nacional de Segurança Social (INSS), um plano de contribuição definida que todas as empresas moçambicanas são, por lei, obrigadas a fazer, são baseadas numa percentagem dos salários e são reconhecidas como gasto na demonstração de resultados conforme forem incorridas.

5.2 Provisões

Princípio geral

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a Rádio Moçambique, E.P têm uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Contratos onerosos

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios que a empresa prevê obter de um contrato são inferiores ao custo que a empresa irá, inevitavelmente, incorrer para cumprir as suas obrigações ao abrigo desse contrato. A provisão é medida tomando-se como base o valor actual do custo mais baixo previsto para terminar o contrato e o custo líquido previsto para continuar o contrato. Antes de uma provisão ser constituída, a empresa reconhece todas as perdas por imparidade nos activos associados a esse contrato.



5.3 Imposto sobre o rendimento

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento da Empresa, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Impostos correntes

O imposto corrente é calculado de acordo com a legislação fiscal em vigor (A taxa em vigor são 32%), tomando-se por base os resultados reportados na demonstração de resultados da empresa após ajustamento para efeitos fiscais e é reconhecido em resultados. O imposto corrente é o imposto que se espera pagar sobre o lucro tributável do exercício, usando as taxas legisladas ou substantivamente legisladas à data das demonstrações financeiras, incluindo quaisquer ajustamentos de períodos anteriores.

Impostos diferidos

O imposto diferido é reconhecido usando o método do balanço em resultado de diferenças temporárias tributáveis entre as quantias escrituradas dos activos e passivos para propósitos de relato financeiro e os valores dos activos e passivos usados para efeitos fiscais.

5.4 Moedas estrangeiras

Na preparação das demonstrações financeiras, as transacções em moedas estrangeiras são registadas, utilizando as taxas de câmbio em vigor na data da transacção. No final de cada período de relato, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais utilizando as taxas de câmbio vigentes naquela data. Os itens não monetários mensurados ao justo valor em moeda estrangeira são convertidos ao câmbio da data em que o justo valor tiver sido determinado. Os itens não monetários mensurados ao custo histórico numa moeda estrangeira não são reconvertidos.

As diferenças de câmbio, favoráveis e desfavoráveis, originadas pelas diferenças entre as taxas de câmbio em vigor na data das transacções e as vigentes na data das cobranças, dos pagamentos ou à data do balanço, são registadas como proveitos e/ou gastos na demonstração de resultados.

5.5 Rédito

Todo o rédito da empresa provém da prestação de serviços.

- Rédito é reconhecido quando o desfecho das transacções pode ser adequadamente estimado e quando é provável que os benefícios económicos associados à transacção irão fluir para a empresa;
- Os proveitos são reconhecidos nos períodos contabilísticos em que os serviços são prestados. O reconhecimento do proveito nesta base proporciona informação útil sobre a extensão da actividade de serviço e desempenho durante um período;
- Os critérios de reconhecimento de rédito são aplicados separadamente a cada transacção;
- O Rédito é mensurado pelo justo valor da retribuição recebida ou a receber;
- Quando há um deferimento a diferença entre o valor nominal e o justo valor é reconhecida como juro.



Reconhecimento do Rédito

Serviço de Publicidade

A receita representa o valor a receber pelos serviços prestados no decurso normal do negócio, líquido de IVA e são reconhecidos na base do princípio de especialização de exercícios.

Dotação do Orçamento Geral do Estado

A receita representa valores transferidos pelo Ministério das Finanças para financiar o serviço público de radiodifusão e são reconhecidas na base de caixa.

Taxa de Rádio

A receita representa valores transferidos pela Direcção Nacional do Tesouro para a Rádio de Moçambique, referente a taxa de rádio e valores cobrados pela Rádio Moçambique e são reconhecidas na base do princípio de especialização de exercícios.

Receita de Juro

A receita de juros é reconhecida usando o método da taxa de juro efectiva.

5.6 Custo de empréstimos obtidos

Os custos de empréstimos obtidos são reconhecidos na demonstração de resultados do exercício em que ocorrerem.

Os custos resultantes de empréstimos contraídos para financiar os investimentos em activos fixos tangíveis são imputados a activos fixos tangíveis em curso, na proporção dos gastos totais incorridos naqueles investimentos, até à entrada em funcionamento dos mesmos, sendo os restantes reconhecidos na demonstração de resultados do exercício. Os eventuais proveitos por juros obtidos com empréstimos directamente relacionados com o financiamento de activos fixos tangíveis em construção são deduzidos aos encargos financeiros capitalizáveis.

5.7 Subsídios Governamentais

Os subsídios do Governo, incluindo subsídios não-monetários são reconhecidos de acordo com o seu justo valor quando existe segurança razoável de que:

- os subsídios serão recebidos; e
- que a empresa irá cumprir com as condições exigidas para a sua atribuição.

5.8 Activos tangíveis

São reconhecidos como activos tangíveis itens tangíveis que:

- i. Sejam detidos para uso na actividade principal da empresa (prestação de serviços de aviação e de não aviação);
- ii. Se espera que sejam usados durante mais do que um período.



O custo de um item de activo tangível é reconhecido como activo se, e apenas se:

- i. For provável que futuros benefícios económicos associados ao item fluirão para a entidade; e
- ii. O custo do item puder ser mensurado fiavelmente.

Mensuração inicial dos activos tangíveis

Os activos tangíveis são mensurados inicialmente pelo seu custo. Se o pagamento for diferido para além das condições normais de crédito, a diferença entre o equivalente ao preço a dinheiro e o pagamento total é reconhecida como juro durante o período de crédito a não ser que esse juro seja reconhecido na quantia escriturada do item de acordo com o tratamento alternativo permitido na NCRF 27-Custo de Empréstimos Obtidos. O custo de um item do activo tangível compreende:

- i. O seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos; e
- ii. Quaisquer custos directamente atribuíveis para colocar o activo na localização e condições necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida pela RM, E.P.

O custo dos activos de construção própria inclui o custo dos materiais e do trabalho directo, e todos os outros custos directamente atribuíveis para colocar o activo em condições de executar o trabalho para o qual o mesmo se destina, e os custos de demolição e remoção dos itens e de restauração do sítio em que os mesmos estão localizados. O “software” adquirido que seja parte integrante e concorra para a funcionalidade do respectivo equipamento é capitalizado como parte do equipamento.

Nos casos em que partes de um item de propriedade, instalações e equipamento tiverem tempos de vida útil diferentes, os mesmos são contabilizados como itens de propriedade, instalações e equipamento separados.

Mensuração subsequente dos activos tangíveis

Os custos de substituir parte de um item de propriedade, instalações e equipamento são reconhecidos no valor contabilístico do item, se for provável que os benefícios económicos futuros incorporados em parte desse item fluirão para a empresa e o seu custo puder ser medido de forma fiável. Os custos diários com a prestação de serviços de manutenção de activos tangíveis são reconhecidos na demonstração de resultados conforme forem incorridos.

Subsequentemente ao reconhecimento inicial, os activos tangíveis são mensurados ao custo, com a excepção dos activos directamente relacionados com a actividade principal da empresa e edifícios que são revalorizados.

Depreciações

As amortizações são calculadas sobre o valor de custo de aquisição, pelo método das quotas constantes a partir da data em que os bens se encontram disponíveis para serem usados como pretendidos pela gestão, durante a vida útil estimada de cada activo.



As vidas úteis dos principais activos tangíveis constam da tabela abaixo:

Item	Vida útil (anos)
Edifícios	50
Viaturas	5 – 8
Outros equipamentos de radiofusão	5 – 10
Mobiliário de escritório	7 – 8
Equipamento informático e software	3

Os activos em locação financeira são amortizados durante a sua vida útil na mesma base que outros activos pertencentes a Empresa ou durante a duração do contrato de locação caso seja mais curta.

O valor residual dos activos fixos tangíveis é a quantia estimada que se obteria correntemente pela sua alienação, após dedução dos custos estimados de alienação, se o activo já tivesse a idade e as condições esperadas no final da sua vida útil.

A estimativa das vidas úteis, o método de amortização e os valores residuais são revistos anualmente.

As mais ou menos-valias resultantes da alienação ou abate dos activos fixos tangíveis são determinadas pela diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação. O valor líquido contabilístico incorpora as perdas por imparidade acumuladas. As mais e menos-valias contabilísticas apuradas são registadas na demonstração de resultados.

Modelo de Revalorização

A Rádio Moçambique, EP. aplica o modelo de revalorização para as seguintes categorias de activos tangíveis:

- Edifícios;
- Viaturas.

Após o reconhecimento como um activo estes itens são escriturados por uma quantia revalorizada, que é o seu justo valor à data da revalorização menos qualquer depreciação acumulada subsequente e perdas por imparidade acumuladas subseqüentes.

As revalorizações são feitas regularmente para assegurar que a quantia escriturada não difira materialmente do justo valor.

Se a quantia escriturada de um activo for aumentada como resultado de uma revalorização, o aumento é creditado directamente no capital próprio como excedente de revalorização. Contudo, o aumento deve ser reconhecido na demonstração de resultados até ao ponto em que reverta um decréscimo de revalorização do mesmo activo previamente reconhecido na demonstração de resultados. Se a quantia escriturada de um activo for diminuída como resultado de uma revalorização, a diminuição deve ser reconhecida na demonstração de resultados. Contudo, a diminuição deve ser debitada directamente na conta de excedente de revalorização no capital próprio até ao ponto de qualquer saldo credor existente no excedente de revalorização com respeito a esse activo.

Sempre que se optar pelo modelo de revalorização, os activos duma determinada categoria devem ser revalorizados todos eles. As revalorizações selectivas não são permitidas.



5.9 Activos tangíveis de investimento

Activos tangíveis de investimento é a propriedade detida (pelo proprietário ou pelo locatário numa locação financeira) para obter rendas ou para valorização do capital ou para ambas, e não para uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para finalidades Rádio Moçambique, EP. administrativas, ou venda no curso ordinário do negócio.

Os activos tangíveis de investimento são reconhecidas como um activo quando, e apenas quando:

- i. For provável que os futuros benefícios económicos que estejam associados à propriedade de investimento fluirão para a empresa; e
- ii. O custo do activo tangível de investimento possa ser mensurado fiavelmente.

Os activos tangíveis de investimento são mensurados inicialmente pelo seu custo. Os custos de transacção são incluídos na mensuração inicial.

Para o caso dos edifícios com múltiplas utilizações a classificação como propriedade de investimento ou como activo fixo tangível depende da proporção do espaço destinado para o uso próprio e para o arrendamento. Se o espaço destinado para o uso próprio for insignificante, o edifício é classificado como propriedade de investimento, caso contrário é classificado activo fixo tangível. Nos casos em que for possível separar e vender as partes do edifício em uso próprio independentemente das partes em aluguer, recomenda-se classificar tais partes como activos fixos tangíveis e propriedades de investimento separadamente.

A classificação de um activo como activo tangível de investimento ou como activo fixo tangível é revista todos os anos e caso tenha se verificado uma alteração o item é reclassificado.

Para a mensuração subsequente das propriedades de investimento a Rádio MOÇAMBIQUE E.P aplica o modelo do justo valor e as alterações no justo valor são reconhecidas na demonstração de resultados do exercício em que ocorrerem.

5.10 Activos intangíveis

Reconhecimento inicial

Os activos intangíveis são reconhecidos se e apenas se:

- i. É capaz de ser separado ou dividido da entidade e vendido, transferido, licenciado, alugado ou trocado, seja individualmente ou em conjunto com um contrato, activo ou passivo relacionado;
- ii. Resultar de direitos contratuais ou de outros direitos legais, quer esses direitos sejam transferíveis quer sejam separáveis da empresa ou de outros direitos e obrigações;
- iii. For provável que os benefícios económicos futuros esperados que sejam atribuíveis ao activo intangível fluam para a empresa;
- iv. O custo do activo intangível possa ser fiavelmente mensurado.



Mensuração inicial

Um activo intangível é mensurado inicialmente pelo seu custo. O custo de um activo intangível adquirido separadamente compreende:

- i. O seu preço de compra, incluindo os direitos de importação e os impostos de compra não reembolsáveis, após dedução dos descontos comerciais e abatimentos;
- ii. Qualquer custo directamente atribuível de preparação do activo intangível para o seu uso pretendido.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial os activos intangíveis são escriturados pelo seu custo menos as amortizações acumuladas e quaisquer perdas por imparidade acumuladas.

Os activos intangíveis com vida útil finita são amortizados pelo método das quotas constantes, a partir da data em que se encontram disponíveis para serem utilizados como requerido pela gestão. As taxas de amortização variam conforme a expectativa de uso do activo intangível.

5.11 Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros compreendem os investimentos em capitais próprios, clientes e outros devedores, caixa e equivalentes de caixa, empréstimos e fornecedores e outros credores.

Os instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos pelo justo valor, mas, no caso dos instrumentos financeiros que não seja pelo justo valor através dos lucros ou prejuízos, os custos de transacção que sejam directamente atribuíveis à aquisição.

Um instrumento financeiro é reconhecido se a empresa se tornar uma parte das disposições contratuais do instrumento. Os activos financeiros deixam de ser reconhecidos se os direitos contratuais da empresa aos fluxos de caixa do activo financeiro expirarem ou se a empresa transferir o activo financeiro para uma outra parte sem reter o controlo ou, substancialmente, todos os riscos e prémios do activo. Os passivos financeiros deixam de ser reconhecidos se as obrigações da empresa especificadas no contrato expirarem ou forem revogadas ou canceladas.

A seguir ao reconhecimento inicial, os instrumentos financeiros são mensurados pelo custo amortizado, usando-se o método da taxa de juro efectiva, deduzido das perdas por imparidade.

Após o reconhecimento inicial, os investimentos são mantidos pelo custo e testados anualmente para imparidade e os investimentos disponíveis para venda são reavaliados pelos seus justos valores por referência ao seu valor de mercado à data do balanço, deduzido dos custos de transacção que possam vir a ocorrer até à sua venda.

Os ganhos ou perdas provenientes de uma alteração no justo valor dos investimentos disponíveis para venda são registados no capital próprio, até o investimento ser vendido, recebido ou de qualquer forma alienado ou até que o justo valor do investimento se situe abaixo do seu custo de aquisição de forma prolongada, em que o ganho ou perda acumulada é registada na demonstração de resultados.



Clientes e contas a receber

Os clientes e contas a receber são registadas pelo seu custo. Na data de cada balanço, este montante é deduzido de eventuais perdas por imparidade, reconhecidas na rubrica de perdas por imparidade em contas a receber, para que as mesmas reflectam o seu valor realizável líquido. Usualmente as dívidas de terceiros decorrentes da actividade operacional não vencem juros.

Classificação de capital próprio ou passivo

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados de acordo com a substância contratual, independentemente da forma legal que assumem.

Empréstimos

Os empréstimos são registados no passivo pelo valor nominal recebido, líquido de despesas com a emissão desses empréstimos.

Os encargos financeiros são calculados de acordo com a taxa de juro efectiva, e contabilizados na demonstração de resultados de acordo com o princípio da especialização dos exercícios.

Os encargos financeiros incluem os juros e eventualmente os gastos de comissões com a estruturação dos empréstimos.

Contas a pagar a fornecedores e outras dívidas a terceiros

As contas a pagar decorrentes da actividade operacional são registadas pelo seu custo.

Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

Para efeitos da demonstração dos fluxos de caixa, a rubrica de caixa e equivalentes de caixa compreende também os descobertos bancários incluídos na rubrica de empréstimos e descobertos bancários, no balanço.

6. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

Não existem mudanças nas políticas contabilísticas que tenham qualquer efeito nos valores comparativos, no entanto, os comparativos foram reexpressos por conta de diversos ajustamentos relativos ao período anterior, conforme detalhado na nota 31.

A Empresa prepara as suas demonstrações financeiras de acordo com as PGC-NIRF, cuja aplicação, muitas vezes, requer que a Administração efectue julgamentos quando formula a posição financeira e resultados da Empresa. Os julgamentos, incluindo os que envolvem estimativas, efectuados no processo de aplicação das políticas contabilísticas da Empresa são desenvolvidos abaixo. A Administração considera que estes julgamentos têm um efeito material sobre as demonstrações financeiras anuais.



A determinação de estimativas requer o exercício de julgamento com base nos vários pressupostos e outros factores como a experiência histórica, as condições económicas correntes e esperadas. Embora as estimativas sejam baseadas no melhor conhecimento da Administração sobre eventos correntes e das acções que poderá tomar no futuro, os resultados reais poderão ser diferentes dessas estimativas.

As estimativas contabilísticas bem como os pressupostos subjacentes são revistos numa base contínua.

A discussão abaixo deverá ser também lida em conjunto com a divulgação das principais políticas contabilísticas da Empresa, apresentadas no presente relatório.

7. Continuidade de operações

Em 31 de Dezembro de 2021 capitais próprios negativos de 929.5 milhões de Meticais (1 035 milhões de Meticais negativos em 2020). Esta condição pode resultar em uma incerteza material que pode lançar dúvidas sobre a capacidade da empresa de continuar operando, caso não seja capaz de aumentar o seu capital social e reestruturar as suas operações. No entanto, as operações foram preparadas no princípio contabilístico de continuidade.

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P
Notas às Demonstrações Financeiras

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021
 (Valores expressos em Meticais)



8. Activos tangíveis

2021	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Saldo final
Quantia bruta				
Construções	579,442,191	-	-	579,442,191
Equipamento	702,777,980	6,048,466	(9,858,606)	698,967,840
Mobiliário e Equip. Administrativo	224,156,059	6,823,190	-	230,979,249
	1,506,376,230	12,871,656	(9,858,606)	1,509,389,280
Depreciações				
Construções	(169,379,651)	(25,529,550)	-	(194,909,201)
Equipamento	(445,065,849)	(13,298,350)	6,377,792	(451,986,407)
Mobiliário e Equip. Administrativo	(416,674,846)	(7,551,780)	-	(424,226,626)
	(1,031,120,346)	(46,379,680)	6,377,792	(1,071,122,234)
	475,255,885			438,267,046
2020				
	Saldo inicial	Aumentos	Abates	Saldo final
Quantia bruta				
Construções	579,442,191	-	-	579,442,191
Equipamento	692,874,983	17,748,141	(7,845,144)	702,777,980
Mobiliário e Equip. Administrativo	216,839,925	7,316,134	-	224,156,059
	1,489,157,099	25,064,275	(7,845,144)	1,506,376,230
Depreciações				
Construções	(144,864,423)	(24,515,228)	-	(169,379,651)
Equipamento	(437,535,166)	(12,452,285)	4,957,541	(445,029,910)
Mobiliário e Equip. Administrativo	(407,681,909)	(9,028,875)	-	(416,710,784)
	(990,081,498)	(45,996,388)	4,957,541	(1,031,120,345)
	499,075,601			475,255,885

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P**Notas às Demonstrações Financeiras**

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em Meticals)

**9. Activos intangíveis**

2021	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Quantia bruta			
Propriedade industrial e outros activos intangíveis	5,829,542	671,979	6,501,521
Amortizações			
Propriedade industrial e outros activos intangíveis	(4,319,434)	(185,166)	(4,504,600)
Quantia escriturada	1,510,108		1,996,921
2020	Saldo inicial	Aumentos	Saldo final
Quantia bruta			
Propriedade industrial e outros activos intangíveis	5,209,543	619,999	5,829,542
Amortizações			
Propriedade industrial e outros activos intangíveis	(4,254,673)	(64,761)	(4,319,434)
Quantia escriturada	954,870		1,510,108

10. Investimento financeiro

O investimento financeiro corresponde a 33% das acções detidas na Empresa de Transporte, Multiplexação e Transmissão, SA. Este investimento está reconhecido ao custo.

11. Clientes

	2021	2020
Clientes conta corrente	84,894,777	78,172,037
Perdas por imparidade	(54,270,057)	(58,113,528)
	30,624,720	20,058,509
Movimento da imparidade		
Saldo inicial	(58,113,528)	(53,845,465)
Reforço	(1,238,454)	(4,268,063)
Reversão do período	-	-
Utilização da provisão	5,081,925	-
Saldo final	(54,270,057)	(58,113,528)

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P**Notas às Demonstrações Financeiras**

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em Meticais)

**12. Outros activos financeiros**

	2021	2020
Adiantamentos a fornecedores	237,349	2,923,041
Adiantamentos ao pessoal	11,841	2,709,055
Outros devedores	666,430	150,974
Garantias de clients	228,780	212,192
	1,144,400	5,995,262

13. Outros activos correntes

	2021	2020
Pagamento especial por conta	568,673	467,499
Acréscimos de rendimento	45,958,709	47,461,516
Gastos diferidos	5,267,556	5,068,033
	51,794,938	52,997,048

Os acréscimos de rendimento correspondem a receita de taxa de rádio difusão cobrada pela EDM nos meses de Novembro e Dezembro de 2021 cuja entrada nos cofres da Rádio Moçambique ocorreu em 2022.

14. Caixa e equivalentes de caixa

	2021	2020
Numerário	145,213	103,112
Depósitos a Ordem	61,328,024	48,083,989
Depósitos a Prazo	20,880,000	20,880,000
	82,353,237	69,067,101

O saldo de Bancos inclui dois depósitos a prazo no Millennium BIM nos montantes de MT 20 milhões, MT 850 mil e MT 30 mil, que vencem em 12/02/2023, 02/04/2022 e 11/9/2022 a taxa de juros de 5.05%, 3% e 1% ao ano, respectivamente.

15. Capital próprio

	2021	2020
Capital social	121,999,382	121,999,382
Reservas	208,723,723	208,723,723
Resultados transitados	(1,365,940,267)	(1,501,422,806)
Resultado líquido do exercício	105,686,683	135,482,539
	(929,530,479)	(1,035,217,162)

O capital social corresponde ao fundo de constituição e encontra-se realizado pelos valores que integram o património, sendo integralmente detido pelo estado.

O conselho de administração deliberou pela transferência do resultado do exercício de 2020 para resultados acumulados.

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P
Notas às Demonstrações Financeiras

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021
(Valores expressos em Meticais)



As reservas incluem reservas de investimento e exedentes de reavaliação. Estas reservas não são distribuíveis.

16. Provisões

As provisões correspondem ao fundo de pensões e férias por gozar da Rádio Moçambique e encontram-se detalhadas abaixo:

	2021	2020
Curto Prazo	152,767,193	142,087,388
Longo Prazo	1,165,765,928	1,337,657,127
	1,318,533,121	1,479,744,515
Saldo inicial	1,479,744,515	1,621,254,932
Reforço	589,488	867,128
Reversão	(9,033,689)	-
Utilização	(152,767,193)	(142,377,545)
Saldo final	1,318,533,121	1,479,744,515
Decomposição do fundo de pensões:		
Responsabilidades passadas (i)	747,401,272	775,591,519
Responsabilidades vitalícias constantes (ii)	532,158,391	656,145,848
Provisões para férias	38,973,458	48,007,148
	1,318,533,121	1,479,744,515

(i) Refere-se à responsabilidade futura que a Rádio tem para com os beneficiários do sistema de pensões por velhice, pensão de invalidez e pensões de sobrevivência que abrange os 62 funcionários no activo vinculados no aparelho do Estado.

(ii) Corresponde a responsabilidade futura que a Rádio tem para com os beneficiários do sistema de pensões por velhice, pensão de invalidez e pensões de sobrevivência que abrange 240 funcionários reformados e 186 pensionistas de subsídio de sobrevivência.

A responsabilidade líquida corresponde ao valor actual estimado dos benefícios futuros que cada colaborador deve receber em troca pelo seu serviço no período corrente e passados. O valor do fundo de pensões foi determinado pela Seguradora Internacional de Moçambique e a sua actualização é feita de 5 em 5 anos. Durante o exercício não foi efectuada nenhuma avaliação.

17. Fornecedores

	2021	2020
TMcel	22,261,818	5,121,788
Electricidade de Moçambique	33,641,222	-
Outros fornecedores	3,207,306	3,667,573
	59,110,346	8,789,361

**18. Empréstimos obtidos**

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Empréstimos bancários	15,797,733	25,282,642
	<u>15,797,733</u>	<u>25,282,642</u>
Curto Prazo	11,401,828	1,752,245
Longo Prazo	4,395,905	23,530,397
	<u>15,797,733</u>	<u>25,282,642</u>

O empréstimo bancário no valor de MT 30 milhões foi concedido pelo Millennium BIM em Abril de 2020 para o reforço da tesouraria e conversação da conta corrente caucionada em conta empréstimo. O empréstimo vence em 06 de Abril de 2023 a uma taxa de Juro de 22.60% ano.

19. Outros passivos financeiros

	<u>2021</u>	<u>2020</u> Reexpresso
Credores trabalhadores	1,975,369	10,456,396
Credores diversos	13,318,116	13,615,869
	<u>15,293,485</u>	<u>24,072,265</u>

A reexpressão dos comparativos deve-se a reclassificação de saldos entre as rubricas de Outros passivos financeiros e Outras contas a pagar, desta forma, os saldos comparativos dos Outros passivos financeiros reduziram e o saldo das Outras contas a pagar aumentaram em 57 988 778 meticais.

20. Impostos a pagar

	<u>2021</u>	<u>2020</u>
Impostos retidos na fonte	51,591,293	52,250,872
Contribuições para INSS	1,021,918	2,975,419
Imposto pessoal autárquico	2,915	2,915
IVA a pagar	493,170	2,131,688
	<u>53,109,296</u>	<u>57,360,894</u>

O imposto retido na fonte inclui as retenções na fonte sobre os salários processados em 2019, 2020 e 2021 que não estão a ser liquidados devido aos problemas de tesouraria, tendo a empresa negociado com as autoridades fiscais moçambicana para liquidar parcialmente.

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P**Notas às Demonstrações Financeiras**

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em Meticals)

**21. Outras contas a pagar**

	2021	2020 Reexpresso
Adiantamento de clientes	11,419,567	7,462,620
Acréscimos de gastos	7,147,667	9,754,670
Outros credores	25,146,395	21,091,940
Salários a pagar	30,754,131	27,142,168
	74,467,760	65,451,398

A reexpressão dos comparativos deve-se a reclassificação de saldos entre as rubricas de Outros passivos financeiros e Outras contas a pagar, desta forma, os saldos comparativos dos Outros passivos financeiros reduziram e o saldo das Outras contas a pagar aumentaram em 57 988 778 meticals.

22. Venda de bens e prestação de serviços

	2021	2020
Anúncios e publicidade	91,633,027	85,891,100
Programas	36,488,432	39,641,438
Gravações	5,831,226	2,043,166
Amplificações sonoras	332,115	246,455
Outros proveitos	184,221	886,331
	134,469,021	128,780,490
Descontos e abatimentos	(3,514,570)	(1,420,901)
	130,954,451	127,287,589

23. Custos com o pessoal

	2021	2020
Remunerações dos trabalhadores	481,249,584	437,978,993
Ajudas de custos	19,911,390	14,288,300
Seguros de acidentes de trabalho	475,489	3,430,489
Encargos com remunerações	16,284,916	14,302,766
Outros gastos com o pessoal	11,063,300	37,956,972
	528,984,679	507,957,520

RÁDIO MOÇAMBIQUE – E.P**Notas às Demonstrações Financeiras**

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2021

(Valores expressos em Meticals)

**24. Fornecimentos e serviços de terceiros**

	2021	2020
Água e electricidade	34,368,358	32,520,560
Artigos para oferta	6,179,396	2,284,600
Combustíveis e lubrificantes	17,416,419	18,060,613
Comissões a intermediários	39,027,954	8,561,882
Comunicações	26,016,721	16,522,634
Contencioso e notariado	287,601	222,069
Deslocações e estadias	6,963,440	6,465,905
Despesas de representação	471,453	351,841
Ferramentas e utensílios de desgaste rápido	906,729	2,920,577
Honorários	7,938,037	5,858,223
Limpeza, higiene e conforto	2,455,257	2,166,524
Manutenção e reparação	6,824,024	8,185,074
Material de escritório	3,389,882	3,864,070
Material de manutenção e reparação	10,467,817	10,021,850
Outros fornecimentos e serviços	10,009,660	12,074,131
Publicidade e propaganda	266,628	72,155
Rendas e alugueres	4,308,394	4,773,132
Royalties	480,000	560,000
Seguros	1,102,065	1,964,940
Trabalhos especializados	1,536,813	1,680,160
Transporte de carga	772,255	1,604,413
Transporte de pessoal	174,066	161,879
Vigilância e segurança	20,513	1,266
	181,383,482	140,898,498

**25. Outros ganhos e perdas operacionais**

	2021	2020
<i>Rendimentos</i>		
Subsídios para o funcionamento	356,894,565	366,877,585
Taxas de rádio difusão finanças	306,353,870	287,710,396
Taxas de rádio difusão vinhetas	42,377,184	40,747,416
Donativos	23,540,191	16,134,563
Comparticipação de frequência	3,116,575	4,007,182
Serviços sociais	797,959	1,559,909
Abates de activos tangíveis	845,416	236,782
Aluguer de equipamento	32,250	26,160
Outros ganhos	9,909,994	5,349,659
	743,868,004	722,649,652
<i>Perdas</i>		
Impostos e taxas	(12,490,551)	(4,507,904)
Outras perdas operacionais	(551,940)	(2,461,134)
Donativos ao estado	(17,094)	-
	(13,059,585)	(6,969,038)
	730,808,419	715,680,614

26. Rendimentos financeiros

	2021	2020
Diferenças cambiais não realizadas favoráveis	-	961,282
Diferenças cambiais realizadas favoráveis	701,134	107,550
Juros de depósito a prazo	121,318	545,774
Outros rendimentos financeiros	6,390	-
	828,842	1,614,606

27. Gastos financeiros

	2021	2020
Juros de mora e compensatórios	390,605	1,135,951
Despesas bancárias	2,018,044	1,658,649
Outros juros	4,270,679	7,069,195
Diferenças cambiais realizadas desfavoráveis	117,605	29,156
Diferenças cambiais não realizadas desfavoráveis	970,202	-
Outros gastos financeiros	122	22,089
	7,767,257	9,915,040

**28. Imposto sobre o rendimento**

	2021	2020
Resultados antes de imposto	104,686,683	135,482,539
Variações patrimoniais positivas não reflectidas no resultado	-	83,394,742
<u>Temporárias</u>		
Provisões de clientes acima dos limites fiscais	1,273,422	4,268,063
Reintegrações e amortizações não aceites fiscalmente	2,229,340	1,809,468
Diferenças de câmbio não realizadas	970,202	(961,282)
<u>Permanentes</u>		
Ajudas de custos (50%)	9,952,624	7,144,150
Combustíveis viaturas ligeiras (50%)	7,829,095	8,228,313
Manutenção e reparação viaturas ligeiras (50%)	5,099,684	5,802,086
Despesas de representação (80%)	377,162	281,472
Aluguer de viaturas sem condutor	592,371	126,175
Multas e penalidades	888,408	392,501
Lucro tributável	134,898,991	245,968,227
Prejuízos fiscais deduzidos	(5,309,983,510)	(5,472,556,995)
Prejuízos fiscais acumulados	(5,175,084,519)	(5,226,588,768)

As autoridades fiscais não confirmaram a aceitação dos processos de contas, cuja avaliação esteja à sua responsabilidade. Os referidos processos permanecem em aberto e estão sujeitos a revisão e ajustamento por um período de 5 anos. O Conselho de Administração é da opinião que não irão resultar ajustamentos ou multas significativas no que respeita aos anos em aberto, caso os mesmos sejam sujeitos a revisão pelas autoridades fiscais.

29. Gestão de risco, objectivos e políticas

A exposição aos riscos da moeda, crédito, liquidez e taxa de juro resulta no decurso normal do negócio da empresa. Os riscos da empresa são continuamente monitorados. Os instrumentos financeiros apresentados no balanço incluem os recursos de caixa, clientes, fornecedores e investimentos.

Nesta nota é dada informação a respeito da exposição da empresa a cada um dos riscos acima mencionados, dos objectivos da empresa, políticas e processos para medir e gerir o risco e do processo mediante o qual a Empresa realiza a gestão do seu capital.

O Conselho de Administração é inteiramente responsável por estabelecer e supervisionar a estrutura de gestão de risco da Empresa.

As políticas de gestão de risco da empresa são estabelecidas para identificar e analisar os riscos enfrentados pela Empresa, para definir limites e controlo de risco adequados e para controlar os riscos e a adesão aos limites. As políticas e sistemas de gestão de riscos são revistos periodicamente, por forma a



reflectir as mudanças nas condições do mercado e nas actividades da empresa. A Empresa através da sua formação e das normas e procedimentos de gestão, procura desenvolver um ambiente de controlo disciplinado e construtivo, no qual os empregados compreendam as suas funções e obrigações.

O Conselho Fiscal da Empresa supervisiona como a gerência monitora o cumprimento das políticas e procedimentos de gestão de risco da Empresa e analisa a adequação da estrutura de gestão de risco, em relação aos riscos enfrentados pela Empresa. O Conselho Fiscal da Empresa é assistido, no seu papel de supervisão, pela Auditoria Interna. A Auditoria Interna leva a efeito as revisões periódicas e as revisões ad hoc dos controles e procedimentos de gestão de risco e comunica os resultados ao Conselho Fiscal.

29.1 Risco de Mercado

O risco do mercado é o risco das alterações no mercado, tais como alterações na taxa de câmbio e de juros afectarem as receitas da empresa ou os valores dos seus instrumentos financeiros. O objectivo da gestão de risco é gerir e controlar as exposições aos riscos de mercado dentro de parâmetros aceitáveis, ao mesmo tempo optimizando o retorno sobre o risco.

29.2 Gestão do risco de capital

A estrutura do capital da Empresa consiste em dívida, caixa e equivalentes de caixa e capital próprio ajustado. A Empresa monitora o financiamento com base na relação entre o valor da dívida e o capital próprio. O rácio é calculado como a relação entre a dívida líquida e o capital próprio ajustado.

	2021	2020
Rácio de alavancagem		
Passivos totais	1,536,312,220	1,660,701,075
Caixa e equivalentes de caixa	82,365,491	69,067,101
Dívida líquida	1,453,946,729	1,591,633,974
Capitais próprios	(929,518,704)	(1,035,217,162)
Rácio de alavancagem	(156%)	(154%)

29.3 Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de que fluxos monetários futuros de um instrumento financeiro irão flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. O risco do justo valor da taxa de juro é o risco de que um valor de um determinado instrumento financeiro irá flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição da Empresa face ao risco da taxa de juro prende-se aos empréstimos de taxa de juro variável.

A política da Rádio Moçambique E.P. passa por obter financiamento por via de taxas fixas, assim como variáveis, a fim de minimizar as variações das taxas de juro.

A gestão não divulgou os feitos que as alterações das taxas de juro teriam sobre as suas demonstrações financeiras por considerar o seu efeito imaterial sobre as contas.



29.4 Risco de taxa de câmbio

A Empresa incorre em riscos, como resultado da aquisição de bens e serviços, da cobrança de taxas e da contratação de empréstimos em moeda estrangeira. As moedas em que a empresa transacciona e que dão origem ao risco cambial são o Dólar norte-americano e o Rand sul-africano. Sempre que possível, A Empresa procura atenuar o efeito do risco cambial contratando empréstimos em meticais. Na data do balanço o efeito das alterações nas taxas de câmbio não tem efeitos materiais sobre as contas.

As taxas de câmbio utilizadas para a conversão dos saldos expressos em moeda estrangeira no final do ano foram as seguintes:

	2021	2020
USD	63.83	74.90
ZAR	4.02	5.09

29.5 Risco de crédito

O risco de crédito é o risco da Rádio Moçambique E.P. incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes e clientes não cumprirem com as suas obrigações.

A Administração segue uma política de crédito que lhe permite monitorar continuamente a exposição ao risco de crédito. As avaliações de carteira de crédito são realizadas periodicamente com a intenção de identificar e resolver potenciais riscos de cobrança. A Administração está a tratar esta área como uma área de foco prioritária devido ao seu impacto nos fluxos de caixa da empresa. A máxima exposição ao risco de crédito é representada pelo valor contabilístico de cada activo financeiro no balanço.

A exposição máxima da Empresa ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2021 está detalhada abaixo:

Vencido/sector	Governo	Financeiro	Entidades públicas	Outras entidades	Total
2021					
0 a 60 dias	18,052,230	412,250	6,426,595	12,687,980	37,579,055
60 a 120 dias	510,744	-	-	320,996	831,740
120 a 180 dias	523,994	-	-	697,473	1,221,467
Mais de 180 dias	5,370,562	1,579,000	35,789,467	2,523,486	45,262,515
Total	24,457,530	1,991,250	42,216,062	16,229,935	84,894,777
Imparidade	(22,194,644)	(1,596,500)	(15,579,302)	(14,899,611)	(54,270,057)
Posição líquida	2,262,886	394,750	26,636,760	1,330,324	30,624,720
2020					
0 a 60 dias	2,143,113	3,214,736	2,910,198	9,564,975	17,833,022
60 a 120 dias	4,079,092	-	103,144	4,879,242	9,061,478
120 a 180 dias	2,526,961	-	121,216	574,582	3,222,759
Mais de 180 dias	17,232,348	395,546	4,358,419	26,068,465	48,054,778
Total	25,981,514	3,610,282	7,492,977	41,087,264	78,172,037
Imparidade	(22,215,633)	(410,806)	(4,811,042)	(30,676,047)	(58,113,528)
Posição líquida	3,765,881	3,199,476	2,681,935	10,411,217	20,058,509

**29.6 Risco de Liquidez**

O risco de liquidez é o risco de a Empresa não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes se vencem. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e exfluxos de caixa, bem como os respectivos gaps de liquidez.

O objectivo da empresa é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, empréstimos bancários, locações financeiras, e as receitas. Em 31 de Dezembro a entidade encontrava-se exposta as seguintes obrigações:

			Mais de 5	
2021	Até 12 meses	1 a 5 anos	anos	Total
Provisões	152,767,193	611,068,772	554,697,156	1,318,533,121
Fornecedores	59,110,346	-	-	59,110,346
Empréstimos obtidos	11,401,828	4,395,905	-	15,797,733
Outros passivos financeiros	15,293,485	-	-	15,293,485
Outras contas a pagar	127,577,535	-	-	127,577,535
	366,150,387	615,464,677	554,697,156	1,536,312,220

2020			Mais de 5	
Reexpresso	Até 12 meses	1 a 5 anos	5anos	Total
Provisões	142,087,388	568,349,552	769,307,575	1,479,744,515
Fornecedores	8,789,361	-	-	8,789,361
Empréstimos obtidos	1,752,245	23,530,397	-	25,282,642
Outros passivos financeiros	24,072,265	-	-	24,072,265
Outras contas a pagar	122,812,292	-	-	122,812,292
	299,513,551	591,879,949	769,307,575	1,660,701,075

A reexpressão dos comparativos deve-se a reclassificação de saldos entre as rubricas de Outros passivos financeiros e Outras contas a pagar, desta forma, os saldos comparativos dos Outros passivos financeiros reduziram e o saldo das Outras contas a pagar aumentaram em 57 988 778 meticais.



30. COMPROMISSOS E CONTINGÊNCIAS

30.1 Processos judiciais

Não existem processos judiciais pendentes.

30.2 Compromisso de investimentos de capital

Não existem compromissos de investimentos de capital na data do balanço.

30.3 Impostos

Devido ao problema de tesouraria que empresa enfrenta há mais de três anos desde que o governo reduziu o valor do subsidio à exploração, foi autorizado pelas Autoridades Fiscais em Março de 2021 a amortização da dívida acumulada de IRPS no valor de 42,795,627 meticais em 60 prestações mensais.

31. REEXPRESSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Os saldos iniciais foram reexpressos de forma a apresentar de forma correcta os saldos das rubricas de Outros passivos financeiros e Outras contas a pagar. Desta forma, os saldos comparativos dos Outros passivos financeiros reduziram e o saldo das Outras contas a pagar aumentaram em 57 988 778 meticais, sem impacto nos resultados da empresa.

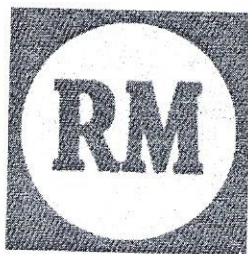
Assim, notou-se alteração nas seguintes rubricas.

31 de Dezembro de 2020			
	Saldo após reexpressão	Ajustamentos	Saldo antes da reexpressão
Efeito no Balanço			
Outros passivos financeiros			
Credores trabalhadores	10,456,396	-	10,456,396
Acréscimos de gastos	-	(1,811,146)	1,811,146
Credores diversos	13,615,869	(48,234,108)	61,849,977
Salários a pagar	-	(7,943,524)	7,943,524
	24,072,265	(57,988,778)	82,061,043
Outras contas a pagar			
Adiantamento de clientes	7,462,620	-	7,462,620
Acréscimos de gastos	9,754,670	9,754,670	-
Outros credores	21,091,940	21,091,940	-
Salários a pagar	27,142,168	27,142,168	-
	65,451,398	57,988,778	7,462,620
Total do Passivo	89,523,663	-	89,523,663
Efeito nos fluxos de caixa			
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Diminuição em outros passivos financeiros	(44,008,922)	(57,988,778)	13,979,856
Aumento de outras contas a pagar	83,192,159	57,988,778	25,203,381



32. EVENTOS SUBSEQUENTES

Não ocorreram quaisquer factos ou eventos subsequentes a esta data que influenciem a adequada leitura e interpretação destas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2021.



RÁDIO MOÇAMBIQUE, E.P.

**Parecer do Conselho Fiscal sobre as
Demonstrações Financeiras de 2021**

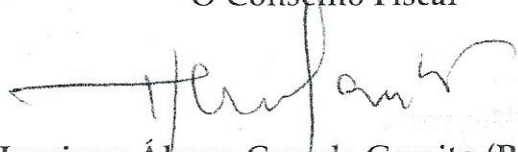
No cumprimento das funções que lhe são cometidas estatutariamente, o Conselho Fiscal apreciou as Demonstrações Financeiras da Rádio Moçambique, E.P. para o exercício de 2021, tendo destacado o seguinte:

- Observância dos princípios contabilísticos previstos no Plano Geral de Contabilidade para as Médias e Grandes Empresas, baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF);
- À semelhança dos anos anteriores, o Relatório não apresenta clareza na determinação dos valores da taxa de rádio difusão, facto que dificulta a análise profunda sobre os recebimentos nesta rubrica. Este ponto foi e tem sido a base da aprovação com reservas por parte da auditoria independente, pelo que o Conselho Fiscal recomenda maior transparência e esclarecimento das questões apresentadas pelo Auditor Externo face ao registo contabilístico de 305,0 milhões de MT provenientes da taxa de rádio difusão, bem como face a actualização do estudo actuarial do fundo de pensões, e apresentação do relatório de avaliação dos activos tangíveis;

- Tendo presente os enormes desafios que o ramo de actividade enfrenta face a actual conjuntura mundial, é de saudar o esforço empreendido pelo Conselho de Administração na gestão da Empresa para manutenção de um resultado líquido positivo, cujo montante no exercício em análise situou-se em 105.686.683 MT (Cento e cinco milhões, seiscentos e oitenta e seis mil, e seiscentos e oitenta e três meticais);
- Diante dos saldos transitados acumulados negativos, o Conselho Fiscal recomenda a diversificação das receitas próprias, a criação de modelos sofisticados na cobrança de cash-flows, bem como a adopção de medidas de controlo interno e maior controlo de despesas, com vista a reduzir gradualmente a dependência do Subsídio do Estado;
- Em face do exposto acima, o Conselho Fiscal é de parecer que as Demonstrações Financeiras de 2021 sejam aprovadas com reservas devido aos fundamentos levantados pela auditoria independente, entretanto, enaltece o esforço empreendido por cada trabalhador para elevar a Rádio Moçambique, levando comunicação à todo o cidadão moçambicano.

Maputo, aos 27 de Abril de 2022

O Conselho Fiscal



Henrique Álvaro Cepeda Gamito (Presidente)



Gisela Sucá Steytler (vogal)



**EXTRACTO DA ACTA NÚMERO UM
ASSEMBLEIA GERAL ORDINARIA
DA
RÁDIO MOÇAMBIQUE, E.P**

Aos dezanove dias do mês de Maio de dois mil e vinte e dois, pelas dez horas e quarenta e cinco minutos, reuniu, no Hotel Avenida, sita na Avenida Julius Nyerere número seiscentos e vinte e sete, na Cidade de Maputo, a Assembleia Geral Ordinária da **Rádio Moçambique**, Empresa Pública, criada ao abrigo do Decreto - Lei nº 16/75, de 2 de Outubro, constituída e regulada ao abrigo do direito moçambicano, com o capital estatutário de 36.606.783.000,00 (Meticais), doravante designada por "Rádio Moçambique", ou "Empresa".-----

A sessão foi presidida pelo Senhor Delfim de Deus Júnior e secretariada pelo Senhor Augusto Bacar, na qualidade de Presidente "Ad-hoc" e Secretário "Ad-hoc" da Mesa da Assembleia Geral, respectivamente.-----

Conforme as credenciais que o Presidente da Mesa da Assembleia Geral analisou e ordenou que fossem arquivadas na pasta de documentos da assembleia geral, encontrava-se devidamente representado o detentor da totalidade do capital estatutário da empresa, o Estado Moçambicano, representado pela Exma. Senhora Ana Isabel Senda Coanai, Presidente do Conselho de Administração do Instituto de Gestão das Participações do Estado (IGEPE).-----

O órgão de tutela sectorial, o GABINFO, esteve representado pela Exma. Senhora Sílvia Nhadowate, Chefe do Departamento Jurídico do GABINFO.-----

O Conselho Fiscal foi representado pelo respectivo Presidente, o Exmo. Senhor Henrique Gamito.-----

5. -Apreciação e deliberação sobre o ponto de situação do Projecto de Digitalização, Modernização e Expansão da RM;-----

6. Apreciação e deliberação sobre a Matriz de Avaliação do Desempenho Económico-financeiro;-----

8. Apreciação e deliberação sobre a proposta da criação da empresa Flex Produções;--

9. Apreciação e deliberação sobre outros assuntos de interesse para a empresa:

a) Informação sobre o processo da Taxa de Radiodifusão;

b) Informação sobre o Terreno da Munhava.

O Presidente da Mesa da Assembleia Geral pôs à discussão o **Ponto Três** da ordem de trabalhos, tendo sido dada a palavra a Administradora Virgínia Matilde Dombo para proceder à apresentação do relatório e contas do exercício económico de dois mil e vinte e um, a qual referiu que o desempenho financeiro da Rádio Moçambique, E.P. durante o exercício findo, foi caracterizado por uma melhora da sua performance, tendo culminado com um resultado líquido positivo de **cento e cinco milhões e seiscentos e oitenta e seis mil e duzentos e quatro meticais e oitenta centavos**, que representam uma redução de 22% relativamente ao último exercício, cujo resultado positivo foi de **cento e trinta e cinco milhões e quatrocentos e oitenta e dois mil e quinhentos e trinta e nove meticais**. No entanto, os resultados positivos referidos serão ofuscados pela acumulação de prejuízos dos exercícios anteriores.-----

A Exma. Senhora Ana Isabel Senda Coanai usou da palavra, tendo referido que o accionista deliberou aprovar o relatório e contas do exercício económico de 2021, bem como parecer do Conselho Fiscal.-----

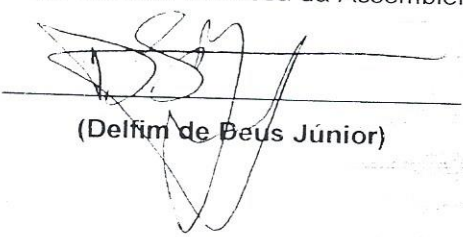
Seguidamente, o Presidente da Mesa da Assembleia Geral pôs à discussão o **Ponto Quatro** da ordem de trabalhos tendo solicitado a Administradora Virgínia Matilde Dombo, para apresentar a proposta do Conselho de Administração sobre a aplicação de resultados, a qual referiu que o Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral que o resultado líquido positivo do exercício económico de dois mil e vinte e um no montante de **cento e cinco milhões e seiscentos e oitenta e seis mil e duzentos e quatro meticais e oitenta centavos**, fosse canalizado à conta dos Resultados Transitados, por imperativo da Lei, para

a cobertura dos prejuízos acumulados.-----

Neste ponto a Exma. Senhora Ana Isabel Senda Coanai usou da palavra tendo referido que o accionista deliberou aprovar, igualmente, a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.-----

Após isso, e não querendo mais nenhum dos presentes fazer uso da palavra e nada mais havendo a tratar, o Exmo. Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Geral deu por encerrada a presente reunião, pelas catorze e cinquenta e cinquenta e dois minutos, da qual se lavrou a presente acta que, depois de lida em voz alta, vai ser assinada pelo Presidente e pelo Secretário da Mesa da Assembleia Geral.-----

O Presidente "Ad-hoc" da Mesa da Assembleia Geral,


(Delfim de Beus Júnior)

O Secretário "Ad-hoc" da Mesa da Assembleia Geral,


(Augusto Bacar)